

# A EFETIVAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Marcelo Ribeiro da Silva <sup>1</sup>  
Ranielton Dantas de Araújo <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a efetivação da alimentação escolar como prática pedagógica no contexto da educação pública, destacando seus desafios e potencialidades enquanto política pública. A alimentação escolar, além de garantir o direito à alimentação adequada, possui valor educativo, sendo instrumento de promoção da saúde, da cidadania e da aprendizagem. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de normativas como a Lei nº 11.947/2009 e as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O referencial teórico baseia-se nos estudos de Silva (2017), Arroyo (2012), Soares e Fonseca (2020), que defendem uma escola com função formadora ampla, em que o cuidado e o saber caminham juntos. Os resultados apontam que, embora haja diretrizes claras quanto à inserção pedagógica da alimentação escolar, sua efetivação ainda enfrenta barreiras como a desarticulação entre os setores da escola, a pouca formação de professores sobre o tema e a visão restrita da alimentação como apenas um serviço complementar. Por outro lado, experiências exitosas revelam o potencial da alimentação escolar para desenvolver práticas interdisciplinares, projetos de educação alimentar e nutricional, fortalecimento da agricultura familiar e valorização da cultura local. Conclui-se que a efetivação da alimentação escolar como prática pedagógica exige comprometimento político-institucional, formação continuada e participação ativa da comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar, Políticas Públicas, Educação Pública, Prática Pedagógica, PNAE.

## INTRODUÇÃO

A alimentação escolar no Brasil ultrapassou a função de suprir necessidades nutricionais, configurando-se como uma política pública de caráter educativo, social e de saúde. Instituída como direito pela Lei nº 11.947/2009, a alimentação escolar assegurou a todos os estudantes da educação básica o acesso a uma alimentação adequada e saudável, vinculando-a ao desenvolvimento integral do educando e à formação de hábitos alimentares conscientes. Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destacou-se como uma das políticas públicas mais abrangentes e duradouras do país, alcançando milhões de estudantes e promovendo ações que articularam segurança alimentar, sustentabilidade e educação.

<sup>1</sup> Professor especialista da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte - CE, mr4430989@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Especialista da Secretaria Municipal de Educação de Crato -CE, dantas.ranielton@gmail.com



Contudo, embora as diretrizes legais reconhecessem a dimensão pedagógica da alimentação, sua efetivação nas escolas ainda se mostrou desafiadora. Em muitos casos, o momento da refeição foi visto apenas como pausa entre as atividades curriculares, desconsiderando-se seu potencial educativo. Essa visão limitada revelou a fragmentação entre o pedagógico e o administrativo, entre o saber e o fazer, dificultando a consolidação da alimentação escolar como prática pedagógica.

A relação entre alimentação e educação constituiu uma oportunidade singular para o desenvolvimento de competências e valores ligados à cidadania, à solidariedade e ao cuidado com o corpo e o meio ambiente. De acordo com Arroyo (2012), a escola contemporânea precisou ressignificar sua função formadora, integrando dimensões cognitivas, éticas, afetivas e culturais em seu projeto educativo. Nesse sentido, a alimentação escolar emergiu como espaço de aprendizagem interdisciplinar e de construção de saberes contextualizados.

A relevância dessa temática também se ampliou diante dos desafios contemporâneos relacionados à insegurança alimentar, à obesidade infantil e à sustentabilidade ambiental. A escola, como espaço de socialização e formação cidadã, mostrou-se um ambiente privilegiado para fomentar reflexões críticas sobre os modos de produção, consumo e cuidado com os alimentos.

Este artigo analisou os desafios e as potencialidades da efetivação da alimentação escolar como prática pedagógica no contexto da educação pública, destacando sua importância enquanto ação educativa e política de garantia de direitos. A investigação justificou-se pela necessidade de fortalecer o papel pedagógico do PNAE e de incentivar práticas que integrassem o tema da alimentação ao currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a consolidação de uma escola que educa para a vida e para o cuidado.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa teve abordagem qualitativa e natureza descritiva, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de legislações, diretrizes e estudos sobre o tema. Foram analisados documentos oficiais, como a Lei nº 11.947/2009, as Diretrizes do PNAE e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (MEC, 2018).

A revisão bibliográfica contemplou autores que discutiram o papel da escola na promoção da alimentação saudável e na articulação entre cuidado, cultura e aprendizagem. O estudo identificou experiências exitosas de inserção da alimentação escolar no currículo e desafios enfrentados pelas redes públicas.



A análise seguiu uma abordagem interpretativa, buscando compreender as concepções, práticas e políticas relacionadas à alimentação escolar enquanto ação educativa. Todo o processo foi conduzido com rigor metodológico, priorizando fontes atualizadas e relevantes à temática.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a alimentação escolar como prática pedagógica apoiou-se em uma concepção ampliada de educação, que ultrapassou os limites da sala de aula e reconheceu a escola como espaço de formação integral, social, cultural e ética. Essa perspectiva partiu do entendimento de que a aprendizagem não ocorre apenas em situações formais de ensino, mas também em vivências cotidianas que envolvem o corpo, o afeto, a convivência e o cuidado. Nesse sentido, a alimentação escolar assumiu relevância pedagógica, por representar um momento de socialização, de partilha de saberes e de exercício da cidadania.

Para Soares e Fonseca (2020), a alimentação escolar constituiu um campo fértil para o desenvolvimento de ações educativas que articularam saúde, meio ambiente, cultura e cidadania, favorecendo aprendizagens significativas e contextualizadas. Essa perspectiva convergiu com a de Arroyo (2012), ao compreender o currículo como território em disputa, no qual se entrelaçaram saberes, experiências e valores. Dessa forma, a escola foi entendida como espaço de construção de sentidos, onde o ato de alimentar-se também produziu conhecimento e promoveu a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas práticas alimentares.

O currículo é um território em disputa, em que diferentes sujeitos e saberes se encontram, se confrontam e se reconhecem. É nesse espaço de tensões e possibilidades que se definem os sentidos da educação, os modos de ser e de viver que a escola propõe e legítima. Por isso, pensar o currículo é também pensar o projeto de sociedade que se quer construir (ARROYO, 2012, p.45).

Silva (2017) reforçou essa visão ao afirmar que o ato de alimentar-se, quando inserido intencionalmente no cotidiano escolar, assumiu caráter formador, possibilitando vivências de cuidado, respeito, solidariedade e partilha. A autora defendeu que a alimentação escolar não deveria ser reduzida à logística de fornecimento de refeições, mas entendida como prática educativa que valorizou o vínculo entre conhecimento, cultura e corporeidade, contribuindo para o desenvolvimento de competências socioemocionais e éticas. Essa abordagem resgatou a dimensão humana e relacional da alimentação, compreendendo-a como linguagem e expressão cultural.



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política pública que sustentou essa concepção, estabeleceu princípios que associaram alimentação adequada, sustentabilidade e educação alimentar e nutricional. Segundo o FNDE (2013), o programa teve como finalidade contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, promovendo hábitos alimentares saudáveis por meio de ações integradas ao processo de ensino e aprendizagem. O PNAE representou, portanto, uma das mais antigas e abrangentes políticas públicas brasileiras, articulando direito humano à alimentação, agricultura familiar e práticas pedagógicas interdisciplinares.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (MEC, 2018) ampliou essa compreensão ao afirmar que a educação alimentar deveria perpassar o currículo escolar de forma transversal, interdisciplinar e contínua, envolvendo toda a comunidade educativa. Essa proposta rompeu com a visão tradicional de que a alimentação seria apenas tema de aulas de ciências ou saúde, propondo que fosse integrada às diferentes áreas do conhecimento — como história, geografia, artes e língua portuguesa — e vivenciada de maneira participativa e crítica.

A concepção freireana de educação, centrada na realidade concreta dos sujeitos, ofereceu base teórica sólida para essa discussão. Freire (1996) defendeu que o processo educativo deveria ser dialógico, crítico e transformador, promovendo a conscientização e a autonomia dos aprendizes. Nessa perspectiva, o momento da alimentação pôde ser compreendido como espaço de diálogo e reflexão sobre valores sociais, econômicos e culturais, estimulando o pensamento crítico e o protagonismo dos estudantes. Ao abordar a alimentação no contexto escolar, foi possível trabalhar temas como cultura, identidade, desigualdade social e sustentabilidade, fortalecendo a formação cidadã e o compromisso ético com o coletivo.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho — a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, P.67).

Além disso, autores como Canesqui (2019) e Monteiro et al. (2021) destacaram que o ato de comer é também um fenômeno social e simbólico, que reflete relações de poder, padrões culturais e condições de vida. Dessa forma, discutir alimentação na escola significou abordar as desigualdades sociais e os modos de produção e consumo que impactaram diretamente o cotidiano dos alunos. Assim, a escola se configurou como espaço estratégico para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e para o fortalecimento de políticas públicas de promoção da saúde e da equidade.



A alimentação escolar também constituiu uma ação de soberania alimentar e de valorização da agricultura familiar, conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, que determinou que pelo menos 30% dos recursos do PNAE fossem destinados à compra direta de produtos da agricultura familiar. Essa dimensão política e social reforçou o papel da escola como espaço de articulação comunitária e de desenvolvimento local. Ao valorizar os alimentos regionais e a produção familiar, a escola atuou como agente de transformação, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo vínculos culturais e econômicos com o território.

De acordo com Oliveira e Triches (2020), essa aproximação entre alimentação escolar e agricultura familiar contribuiu para o fortalecimento da economia local e para a valorização da cultura alimentar brasileira, além de possibilitar a construção de uma consciência ecológica e solidária. Essa prática dialogou diretamente com os princípios da educação integral, ao integrar o ensino formal às experiências concretas da vida cotidiana, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas.

Portanto, o referencial teórico deste estudo compreendeu a alimentação escolar como prática educativa e política pública que integrou dimensões pedagógicas, sociais, culturais e ambientais, exigindo uma atuação intersetorial e reflexiva entre professores, gestores, nutricionistas e comunidade escolar. Essa abordagem reafirmou que educar, cuidar e alimentar são ações indissociáveis, e que a efetivação da alimentação escolar como prática pedagógica dependeu de uma escola comprometida com o desenvolvimento humano integral e com a transformação social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise revelaram que, embora existissem diretrizes legais que orientassem a alimentação escolar como prática pedagógica, sua efetivação ainda enfrentou entraves estruturais, pedagógicos e culturais. Entre os principais desafios identificados estiveram:

- a falta de articulação entre os setores administrativos e pedagógicos, o que prejudicou a integração entre planejamento curricular e ações voltadas à educação alimentar;
- a escassez de formação continuada e específica sobre educação alimentar e nutricional, dificultando que os docentes percebessem a alimentação escolar como parte de sua prática pedagógica;
- a visão reducionista da alimentação como mero serviço assistencial, voltado apenas ao suprimento de necessidades nutricionais, desconsiderando seu potencial educativo e formador;



- e as dificuldades na articulação das ações alimentares com os conteúdos curriculares, o que comprometeu a transversalidade e a integração de saberes.

Além desses obstáculos, foi observado que a implementação de políticas de alimentação escolar muitas vezes se limitava à logística de distribuição de alimentos, sem envolver de forma sistemática os professores, gestores e nutricionistas na construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas garantam recursos, mas também promovam a capacitação docente e a gestão colaborativa da escola.

Por outro lado, experiências positivas identificadas em escolas municipais evidenciaram o potencial transformador do tema quando abordado de forma interdisciplinar e integrada ao currículo. Projetos que envolveram hortas escolares, valorização da agricultura familiar, oficinas culinárias, feiras de alimentos locais e estudos culturais sobre hábitos alimentares contribuíram para ampliar a compreensão dos estudantes sobre sustentabilidade, saúde, cidadania e identidade cultural. Essas iniciativas também favoreceram o desenvolvimento de competências socioemocionais, como cooperação, responsabilidade e respeito à diversidade cultural.

Essas experiências confirmaram a afirmação de Freire (1996), de que “a educação deve partir da realidade concreta dos educandos”, e mostraram que a alimentação escolar, quando contextualizada pedagogicamente, tornou-se instrumento de aprendizagem significativa, capaz de articular teoria e prática e de fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade. Além disso, a participação ativa dos estudantes e da comunidade nas atividades pedagógicas contribuiu para a construção de sentidos compartilhados e para a valorização do conhecimento local.

O fortalecimento da agricultura familiar, previsto na legislação, apareceu como fator estratégico de potencialização das práticas educativas, aproximando a escola das comunidades locais, valorizando a produção regional e promovendo a sustentabilidade econômica e social. Essa aproximação não apenas garantiu alimentos mais frescos e nutritivos, mas também permitiu que os estudantes compreendessem a origem de seus alimentos, os processos produtivos e a importância do consumo consciente.

Dessa forma, a efetivação plena da alimentação escolar como prática pedagógica exigiu comprometimento político-institucional, investimento em formação continuada, articulação intersetorial e envolvimento ativo da comunidade escolar. Os dados indicaram que, quando essas condições foram atendidas, a alimentação escolar deixou de ser apenas um serviço logístico e passou a ser percebida como estratégia pedagógica, promotora de saúde, cidadania



e consciência socioambiental, consolidando seu papel como ferramenta de educação integral e transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação escolar, enquanto política pública e prática educativa, constituiu importante instrumento de promoção da cidadania, da saúde e do direito à alimentação adequada. Ao longo deste estudo, constatou-se que sua efetivação ultrapassou o simples fornecimento de refeições, configurando-se como espaço de formação integral e de vivência de valores éticos, culturais e sociais. Essa compreensão reafirmou a escola como ambiente privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, onde o ato de alimentar-se se transforma em momento pedagógico, relacional e de cuidado coletivo.

Entretanto, a consolidação dessa prática como dimensão educativa demandou a superação de desafios estruturais, pedagógicos e políticos. As dificuldades mais recorrentes estiveram relacionadas à formação insuficiente dos professores para trabalhar a temática da alimentação de forma transversal, à fragilidade na articulação entre os setores pedagógico e administrativo e à permanência de uma visão assistencialista da alimentação escolar. Tais limitações revelaram a necessidade de fortalecer o caráter formador do PNAE e de ampliar o envolvimento dos profissionais da educação na construção de práticas interdisciplinares que integrem o cuidado, a nutrição e o conhecimento.

O estudo reforçou a importância de políticas públicas integradas que assegurassem a formação continuada dos docentes, o diálogo entre educação e nutrição e o fortalecimento da agricultura familiar. Quando tratada de modo interdisciplinar e contextualizado, a alimentação escolar revelou-se potente instrumento de transformação educativa, promovendo aprendizagens ligadas à sustentabilidade, à valorização da cultura alimentar regional e ao exercício da cidadania crítica. Além disso, evidenciou-se que a aproximação entre escola e comunidade — por meio de hortas escolares, feiras de produtos locais e projetos de educação alimentar — potencializou o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A partir dos referenciais teóricos mobilizados, compreendeu-se que o processo educativo, inspirado em Freire (1996), somente se torna emancipador quando parte da realidade concreta dos sujeitos e quando possibilita a reflexão crítica sobre o cotidiano. Assim, a alimentação escolar, ao ser incorporada como prática pedagógica, assumiu função de mediação entre o saber escolar e o saber comunitário, ressignificando o currículo e ampliando as fronteiras do conhecimento. A perspectiva defendida por Arroyo (2012) acerca do currículo como



território em disputa também se confirmou neste estudo, uma vez que as ações pedagógicas envolvendo a alimentação escolar revelaram tensões, mas também oportunidades de reinvenção das práticas docentes e da cultura escolar.

Concluiu-se que a efetivação da alimentação escolar como prática pedagógica dependeu de uma escola comprometida com a transformação social, na qual professores, gestores, nutricionistas e comunidade atuaram de maneira colaborativa e consciente de seu papel formador. Essa efetivação exige o reconhecimento da alimentação escolar como parte do projeto político-pedagógico, como ação educativa capaz de articular saberes, promover a inclusão e fortalecer a identidade cultural dos estudantes.

Em síntese, a alimentação escolar, ao ser vivenciada como prática pedagógica, reafirmou o princípio de que educar, cuidar e alimentar são dimensões indissociáveis do fazer educativo. Portanto, consolidar essa perspectiva representa um desafio contínuo, mas também uma oportunidade para que a escola pública se torne espaço de vida, de consciência e de transformação — onde o alimento nutre o corpo, o conhecimento alimenta o pensamento e a convivência fortalece a humanidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. *Currículo, território em disputa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: MEC, 2009.

FNDE. *Resolução/CD/FNDE nº 26*, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Brasília, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEC. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília: MEC, 2018.

SILVA, J. R. *Educação alimentar e nutricional: um olhar para a escola como espaço formador*. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, F.; FONSECA, L. *Educação e alimentação: saberes e práticas integradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

